



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

MOÇÃO

Ao Senhor
DANILO DUPAS RIBEIRO
Presidente do INEP

Assunto: **Moção de Apoio ao INEP**

Senhor Presidente,

Informo que esta Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na Reunião ocorrida no dia 15 de abril, o Requerimento nº 64, de 2021, de autoria da Deputada Professora Rosa Neide, que requer aprovação de **“Moção de Apoio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)”**. Segue Requerimento em anexo.

Atenciosamente,

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Presidente

Brasília, 15 de abril de 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO Nº 64/2021

(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE e outros**)

Requer a aprovação de moção de apoio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): “O Brasil Precisa do INEP forte”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência nos termos do Art. 117, caput, combinado com o art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada moção de apoio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “O Brasil Precisa do INEP forte”.

JUSTIFICAÇÃO

O INEP é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Há mais de 84 anos é responsável, pela produção de evidências sobre a educação brasileira, indispensáveis ao planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em todos os níveis educacionais e esferas federativas. Nessa perspectiva, o INEP contribui para a atuação do Estado no cumprimento do disposto nos artigos 206 e 209 da Constituição Federal, que apontam para a garantia da qualidade de educação oferecida no território nacional.

O INEP, enquanto autarquia responsável pela produção de estatísticas educacionais e, também, por avaliações e pesquisas, deve se orientar por esses princípios, atuando como instituição de Estado, disponibilizando informações oficiais para os governos e para a sociedade civil. Para tanto, é necessário que determinadas condições sejam legalmente asseguradas para o Instituto, tais como independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes, autonomia financeira e carreiras próprias e típicas de Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Essas condições são pré-requisitos para que as informações produzidas pelo Inep, que têm forte impacto social e financeiro, sejam imparciais, válidas e confiáveis e, por conseguinte, úteis a entidades governamentais e não governamentais, para fins de transparência, planejamento e accountability. Tais condições se materializam por meio da atuação do corpo técnico do Instituto, responsável pela realização das suas atividades.

Nessa direção, é importante preservar e aprimorar as carreiras do INEP, cujos cargos, atualmente, caracterizam-se por sua especialidade e gozam de estabilidade. Por meio dos seus servidores é que o conhecimento da realidade educacional do país será garantido. A construção desse retrato demanda atividade permanente, de longo prazo, que deve passar ao largo de interesses e pressões oriundas de qualquer parte.

Além de lidar com os desafios inerentes à natureza do trabalho do INEP, os seus servidores enfrentam dificuldades para levar a cabo as atribuições legais do Instituto. Dentre essas, se destacam três de maior gravidade e perenidade, que afetam negativamente sua dinâmica interna e que se arrastam por diversos governos: a) sucessivas trocas de comando da Autarquia; b) estrutura de gestão fragilizada; e c) perda permanente de profissionais qualificados do quadro de servidores efetivos.

Atualmente o INEP conta com 350 servidores em efetivo exercício, bastante comprometidos e altamente qualificados. Pelo volume de ações realizadas e produtos disponibilizados, a Autarquia atua de maneira enxuta, embora com um quantitativo de servidores insuficiente para executar todas as ações sob sua tutela.

As atividades do INEP exigem perfis diversos e especializados, como pedagogos e docentes licenciados em todas as áreas de conhecimento da Educação Básica, estatísticos, psicometristas, economistas, cientistas sociais, entre outros especialistas. Isso porque a produção de instrumentos de coleta de dados e o tratamento desses para geração de informações estatísticas e indicadores não são tarefas triviais, mas altamente especializadas e complexas.

Diante do exposto, considerada a íntegra da Nota Pública da Assinep¹, em parte aqui reproduzida, manifestamos nosso posicionamento em defesa do Inep e de seus servidores, ratificando que O Brasil precisa do INEP forte!

¹ Íntegra disponível em: <https://blogdaassinep.wordpress.com/2021/04/09/nota-publica/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Pelo exposto, esta Comissão precisa apoiar este importante órgão de Estado e, para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de abril de 2021

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT